

Segunda-Feira, 06 de Julho de 2026

Audiência sobre tarifas dos EUA: Entenda por que o Pix virou alvo de polêmica comercial

Sistema de pagamento brasileiro enfrenta acusações de prática injusta nos EUA e pode levar a tarifas de 25% sobre produtos

A audiência que definirá a aplicação ou não de tarifas de 25% sobre produtos brasileiros pelos Estados Unidos está marcada para segunda-feira (6). No cerne das discussões entre ambos os países, encontra-se o Pix, sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central do Brasil.

O Escritório Comercial dos Estados Unidos (USTR) levantou acusações de "competição desleal" associada ao funcionamento do Pix. Esta etapa representa a última oportunidade de negociação antes do anúncio final das medidas tarifárias, previsto para o dia 15.

A ferramenta financeira passou a ser alvo de questionamentos desde que o USTR recomendou a aplicação de novas medidas tarifárias sob a Seção 301 da Lei do Comércio de 1974. Segundo as autoridades americanas, o Pix seria operado pela mesma entidade que o regula, criando um suposto "conflito de interesses" prejudicial aos negócios americanos.

Entre as críticas, destaca-se a acusação de que o Banco Central privilegia o Pix ao exigir que instituições financeiras o ofereçam gratuitamente para pessoas físicas e ao estabelecer limites nas taxas cobradas por transações. Os EUA argumentam que essas práticas constituem discriminação contra empresas estrangeiras.

A recomendação americana pode resultar em uma tarifa de 25% sobre as importações brasileiras, caso as medidas não sejam modificadas durante as negociações em andamento.

Este não é o primeiro enfrentamento envolvendo o Pix no cenário internacional. No ano anterior, durante a administração anterior, o sistema tornou-se objeto de investigação quando foram ameaçadas tarifas de 50% sobre produtos brasileiros. Naquela ocasião, as medidas foram posteriormente revogadas.

Recentemente, a classificação de organizações criminosas brasileiras como grupos terroristas pelo Departamento de Estado americano acirrou as tensões. Segundo autoridades americanas, o propósito é interromper redes financeiras ilícitas que financiam operações criminosas, considerando serviços financeiros como o Pix como potenciais canais de apoio material.

O governo brasileiro divulgou nota oficial afirmando que medidas unilaterais podem prejudicar o sistema financeiro nacional e inovações como o Pix, que desagrada interesses estrangeiros.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) saiu em defesa do sistema, classificando-o como infraestrutura de pagamento que favorece a competição e o funcionamento adequado do mercado.

Nos últimos dias, figuras políticas brasileiras demonstraram apoio público ao Pix. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva exibiu uma cartolina com a frase "O Pix é do Brasil" durante agenda oficial. Flávio Bolsonaro, pré-candidato presidencial, anunciou sua presença na audiência para defender a ferramenta financeira, argumentando que "a verdade deve andar mais rápido que a mentira".

O parlamentar também propôs a criação de legislação que impedisse o uso do Pix em sistemas internacionais não ocidentais, sugestão que teria sido incorporada ao pedido de adiamento das tarifas sobre produtos brasileiros.